

A PEC 517/2010 E A SAÚDE DOS BRASILEIROS

A votação da PEC 517/2010, de autoria do Senador Álvaro Dias, foi agendada para 29/03/22 na Câmara dos Deputados e prorrogada para o dia seguinte. Em primeiro turno, no dia 23/03/22, a PEC recebeu 363 votos favoráveis e 112 contrários. Após doze anos, a PEC foi empurrada a toque de caixa e a coleta de assinaturas para formar as comissões aconteceram sob pressões e sem que fosse promovido o devido debate da comunidade interessada (físicos, químicos, farmacêuticos, biólogos, tecnólogos, médicos e biomédicos). As sociedades científicas abaixo assinadas, esperam que os senhores deputados revertam esse placar em prol do interesse público e para evitar consequências desastrosas para os pacientes da atenção pública e para a inovação do setor. Algumas informações relevantes seguem abaixo.

Radiofármacos são MEDICAMENTOS usados para realizar exames de imagens (por ex., coração, doenças neurodegenerativas e neoplasias), ou para tratamento de algumas doenças (por ex., doenças benignas e malignas da tireoide, tumores de próstata resistentes à castração, tumores hepáticos etc.). São compostos por uma parte radioativa – *o radioisótopo* – e outra não radioativa – *o fármaco*. O Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN/CNEN/SP) é o único produtor do gerador que serve de base para onze opções de radiofármacos, usados em 80% dos exames no país. Esta solicitação não se trata de uma simples defesa de monopólio, porque o monopólio da União restringe-se à importação do molibdênio-99. As instituições públicas e privadas podem produzir e comercializar os demais radiofármacos, usados em 20% dos exames, desde que tenham sido registrados na ANVISA.

A quebra do monopólio, ao contrário do que foi afirmado pelo relator da PEC - maior oferta menor preço - poderá elevar os preços porque, como instituição pública, o IPEN não recolhe impostos e tributos. Além disso, o custo da infraestrutura das instalações do IPEN, situadas dentro da USP, está amortizada, pois são compartilhadas com outras atividades, como prestação de serviços, ensino e pesquisas.

O IPEN possui um plano de ação com a ANVISA e vem trabalhando para modernizar as instalações da produção de geradores no Centro de Radiofarmácia até 2025, capacitando-se para duplicar sua produção. Historicamente, o desenvolvimento esteve ligado à demanda de produção pública. Prevê-se dependência tecnológica do País, com a troca do monopólio público para um oligopólio privado, formado por empresas nacionais e multinacionais que não investem em formação de recursos humanos e tecnologia nacional. A solução ideal é o país passar a produzir todos os radioisótopos em reator multipropósito dedicado, cujo projeto vem sendo defendido desde 2008.

São Paulo, 30 de março de 2022

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC
Sociedade Brasileira de Física – SBF
Federação das Sociedades de Biologia Experimental – FeSBE
Sociedade Brasileira de Biociências Nucleares – SBBN
Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental – SBFTE
Frente Parlamentar da Pesquisa Biomédica – FPPB